

13-08-2013

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Política

Dimensão: 266

Imagem: S/Cor

Página (s): 5



Rodrigo Gubria

PCP acusa a tutela de subverter os princípios constitucionais que regem Forças Armadas

PCP contra “reestruturação permanente” das Forças Armadas

Comunistas acusam governo de pôr FA ao serviço dos calendários das grandes potências da NATO

O PCP acusou ontem o governo de sujeitar as Forças Armadas a uma “desgastante política de reestruturação permanente” que afecta a soberania do país e está ao serviço dos “calendários políticos das grandes potências da NATO”.

Em conferência de imprensa na sede do PCP, o dirigente comunista Rui Fernandes criticou a política do Ministério da Defesa, considerando que o pacote de medidas “Defesa 2020” representa “uma continuidade na desorganização e desestruturação” das Forças Armadas. O PCP acusa a tutela de subverter os

princípios constitucionais que regem a instituição militar e de apenas fazer “cortes cegos”.

“A razão primeira da existência das nossas Forças Armadas não é a segurança internacional e a participação em organizações ou forças multinacionais, mas sim a exigência do cumprimento do princípio constitucional da defesa militar da República”, defendeu Rui Fernandes. “A ‘Defesa 2020’, tal como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, são para ‘NATO ver’, tal é o seu desfazamento com a realidade”, insistiu, apontando como exemplo diplomas do governo na área militar. “Na resolução do Conselho de Ministros fala-se em capacidade anfíbia, navios de patrulha oceânica e de fiscalização costeira, está o governo a falar de quê? É que o governo cancelou todos

os projectos nesta área, fechou os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e estrangulou o Arsenal do Alfeite”, criticou.

O PCP avançou também que, caso se confirme a extinção do Fundo de Pensões dos Militares, irá requerer a apreciação parlamentar do decreto-lei, para que sejam “acautelados os interesses dos respectivos subscritores”. No final do mês passado foi conhecido um projecto de diploma do ministério de Aguiar-Branco, que determina a extinção do Fundo de Pensões, que é deficitário há vários anos. A solução do ministério envolve a devolução das verbas descontadas para o fundo a todos os militares – cerca de 7000 – que já não irão beneficiar do fundo, num valor que ronda os 20 milhões de euros. *Lusa*